

EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA AO REGIME MILITAR (1964-1985)

Maria Paula Nascimento Araujo

Professora Adjunta do Departamento de História da UFRJ

Este texto faz parte de um trabalho que venho realizando há alguns anos no Departamento de História da UFRJ, no *Laboratório de Estudos do Tempo Presente*, onde coordeno uma linha de pesquisa intitulada “Práticas e Representações da Esquerda Contemporânea”. Neste Laboratório estamos organizando, com uma equipe de alunos e professores, um centro de documentação sobre a resistência política ao regime militar. No presente momento a nossa documentação está organizada, basicamente, em dois acervos: um acervo de “Imprensa Alternativa” (que reúne jornais de oposição ao regime como *Movimento, Em Tempo, Opinião, Versus, Companheiro*, etc) e um acervo de História Oral chamado “*Memórias de Esquerda*” (que reúne depoimentos de militantes políticos do período).

A questão que norteia nossa pesquisa (o “problema” que move nossa investigação) é o seguinte: quais as estratégias de resistência que a sociedade consegue criar para enfrentar uma situação de ausência de democracia? E também: como estas estratégias propiciam e engendram processos de redemocratização política? Ou seja, nossa questão se refere à equação “ditadura, resistência, democracia”, uma equação que tem marcado a vida política dos países não só da América Latina mas de quase todo o mundo Ibero – Americano (incluindo aí as ditaduras de Salazar e Franco, em Portugal e na Espanha).

O texto que vou apresentar aqui é um dos produtos do trabalho desenvolvido neste núcleo de pesquisa; no caso, um exercício de História Oral em torno do acervo “*Memórias de Esquerda*”. Antes porém, eu gostaria de falar um pouco mais sobre este acervo: seu conteúdo e a metodologia nele empregada.

“MEMÓRIAS DE ESQUERDA” – UM ACERVO DE HISTÓRIAS DE VIDA

Nosso acervo é composto de depoimentos de militantes políticos que atuaram na resistência ao regime militar entre 1964 e 1985. Nossa escolha não recaiu sobre os líderes mais conhecidos e notórios mas sobre o que poderíamos chamar de “militantes comuns”. Tínhamos algumas questões orientando a realização de entrevistas: como uma determinada geração respondeu à ausência de democracia? Quais as escolhas existenciais e políticas possíveis para uma geração que atingiu a idade de participação política (em torno dos 20 anos) durante o regime militar? Para melhor responder a estas questões era interessante que nos voltássemos para pessoas que tinham tido uma certa importância (eram reconhecidos por seus pares como referências políticas do período) mas não ocuparam cargos de liderança formal. Eram, muito entre aspas, “pessoas comuns” que atuaram politicamente e, nesse sentido, eram representativos de uma geração.

Escolhemos também realizar entrevistas por grupos definidos como “unidades políticas”, da seguinte forma: militantes do movimento negro, militantes de organizações de esquerda, jornalistas e militantes que trabalhavam nos jornais da Imprensa Alternativa, militantes vinculados à Igreja Católica (incluindo padres e leigos que participavam de grupos católicos de esquerda). Esta escolha por indivíduos situados em determinados grupos (entendidos como unidades políticas) tem uma justificativa metodológica – que eu apresentarei a seguir.

Entre os vários tipos de procedimentos existentes na História Oral, optamos pelos relatos de vida, isto é, pelos longos depoimentos que permitem recuperar a história de vida dos sujeitos escolhidos. Sabemos que os relatos de histórias de vida, como bem apontou Bourdieu em seu texto “A Ilusão Biográfica”¹, dá margem a algumas distorções. O “*récit de vie*” construído pelo depoente geralmente tem uma coerência e uma organização que não fazem parte do processo histórico concreto das vidas humanas. Para fugir das armadilhas e ilusões possíveis apontadas por Bourdieu, buscamos apoio na metodologia proposta por Franco Ferraroti em seu livro “*Histoire et Histoires de Vie - La*

1. Pierre Bourdieu, “A Ilusão Biográfica”, IN: “Usos e Abusos da História Oral”, RJ, FGV, 1996.

Méthode Biographique Dans Les Sciences Sociales.”² No prefácio à edição francesa do livro, Georges Balandier chama atenção para algumas das características mais interessantes do trabalho de Ferrarotti: a relação entre a História e as múltiplas histórias individuais e a possibilidade que daí decorre de “ler uma sociedade através de uma biografia”.

O livro de Ferrarotti se propõe a dar uma base teórica ao método biográfico mas o utiliza *no plural*. De uma forma geral, nos diz ele, o método biográfico é utilizado para um indivíduo; para elaboração de biografias individuais. Esta escolha esconderia um equívoco: a idéia do indivíduo como átomo social, unidade básica fundamental da sociologia. Na verdade o indivíduo não é este elemento mais simples. Ao contrário, o indivíduo enquanto tal, é uma síntese complexa de várias relações. A unidade mais básica da sociologia seria, então, o grupo social - um grupo básico que estabelecesse, entre si, relações de sociabilidade, de troca, de interação. Seu método de histórias de vida volta-se, portanto, para *a construção de biografias de grupo*. É desta forma que ele apresenta sua maior riqueza e seu maior potencial: ao mostrar que as múltiplas histórias de vida particulares de uma época, de uma geração, de um lugar, se inscrevem dentro dos limites e das possibilidades de uma História mais geral - *e que cada uma dessas múltiplas histórias particulares interpreta, a seu jeito, a História e sua relação com ela*. Esta é a metodologia que está guiando nosso trabalho. Estamos entrevistando pessoas que tiveram uma relação de pertencimento a algum grupo, seja ele uma organização política de esquerda, um movimento social como o movimento negro ou feminista dos anos 70, um jornal de oposição, um grupo de militantes que esteve preso na mesma época e na mesma prisão etc.

LUGARES DE POLÍTICA E LUGARES DE MEMÓRIA

A ausência de democracia cria um campo específico e particular de atividade política, que se dá nas margens da legalidade, num confronto permanente entre o legal e o clandestino. A condição de ilegalidade obriga os

2. Franco Ferrarotti “Histoire et Histoires de Vie - la méthode biographique dans les sciences sociales”. Paris, librairie des Meridiens, 1983.

militantes e ativistas políticos a buscar caminhos originais e não usuais para a atividade política. Por outro lado, as condições de vida desses militantes são profundamente alteradas por sua opção de atividade política numa época de exceção.

Para este trabalho, analisamos as entrevistas de nosso acervo, tendo em mente a seguinte pergunta: quais eram os locais privilegiados de ação, discussão e reflexão política durante o regime militar? Numa democracia formal, estes lugares geralmente se situam nos partidos políticos, nos grandes sindicatos e nas organizações civis mais sólidas e tradicionais. Mas quando os partidos estão proibidos e os sindicatos sob severa vigilância, a ação e a reflexão política se deslocam para outros *fóruns*. Em função da ditadura militar, os anos 60, e sobretudo os anos 70, apresentam uma grande diversidade de locais inusitados e originais transformados em espaços de política: lugares onde se discutia política, onde se combinavam e preparavam ações e manifestações políticas, onde se analisava a sociedade brasileira e suas contradições, onde se refletia sobre as questões políticas do período. Salas de aula, redações de jornais clandestinos e semi-clandestinos, salas paroquiais, centros de convenções, *aparelhos*, celas de prisão, bares, praças e ruas da cidade que, em diferentes épocas, foram ocupados por manifestações de diferentes tamanhos. Esses lugares de ação, discussão e reflexão política significaram, para nossos entrevistados, espaços privilegiados, *locus* nos quais eles se constituíram como sujeitos e agentes políticos.

Vamos apresentar aqui algumas considerações sobre três destes *locus* que aparecem com destaque nas entrevistas de nosso acervo: a prisão, as salas de redação de jornais de esquerda e alternativos e a rua.

Gostaria de deixar clara uma informação técnica: como não temos ainda a carta de cessão de direitos de todos os entrevistados, optamos por não fazer distinções entre eles e utilizar para todos nomes fictícios.

A experiência da prisão costuma ser crucial para um militante político que atue num regime ditatorial. Seja a experiência concreta, seja a sua possibilidade, seu fantasma. Praticamente todos os nossos entrevistados passaram por algum tipo de prisão. As análises sobre o impacto da prisão e da tortura na vida das pessoas que as sofreram ainda são superficiais. Alguns militantes relataram em artigos e livros suas experiências, mas uma análise mais global e sistemática ainda está para ser feita. Nossas entrevistas revelam que a maioria dos militantes tinha apenas uma vaga idéia do que poderia ser a prisão e a tortura. Todos dizem que não estavam preparados para o que aconteceu. Não estavam preparados para a dor física da tortura e não estavam

preparados *tecnicamente* para enfrentar os interrogatórios. Não havia orientação no que diz respeito ao tipo de informação que podia ser *aberta* sem maiores danos. Este tipo de orientação geralmente era construído mentalmente pelo próprio preso, algumas vezes com auxílio de outros companheiros, se tivesse acesso a eles.

Os relatos de nossos entrevistados demonstram que a tortura é sempre um encontro insuspeitado consigo próprio, com um abismo inimaginável dentro de si. Algumas vezes pela descoberta de uma desconhecida capacidade de resistência à dor física; outras, ao contrário, pelo dramático encontro com os limites do corpo onde não se julgava que eles estariam.

A tortura e a prisão são elementos centrais de quase todos os nossos entrevistados. Quase todos eles organizam seus relatos de vida em torno da experiência da prisão – *antes* e *depois* da prisão. Os relatos são variados, as experiências são diversas, mas quase todos eles apontam para um dado: *a experiência da prisão resgata o indivíduo do abismo da tortura.*

Marcelo, ex- padre, nos mostra como a prisão o *salvou* do massacre vivido na tortura. Não conseguindo resistir, Marcelo abriu informações importantes – o que o deixou num abismo de culpa, revolta, impotência e baixa auto-estima. Após muitas semanas de isolamento e tortura, a experiência da prisão, numa cela coletiva, com outros companheiros e presos políticos, o reestruturou. Esta vivência na prisão teve dois momentos distintos. Numa primeira fase, Marcelo e todos os seus companheiros de cela passaram um mês jogando cartas. Este jogo de cartas representou, para o grupo, um processo de *catarse*.

“Cada um de nós contava como tinha sido torturado. Cada um falava da sua experiência. Fazíamos gozação. Depois que acaba, você até consegue rir. A gente comparava e se surpreendia. Um que achava que tinha sido violentamente torturado via que com o outro tinha sido pior. Ou ao contrário. Às vezes alguém podia achar que eles não tinham batido muito duro e depois descobria que aquilo tinha sido violentíssimo.”

Ainda segundo Marcelo, a troca de experiências, o relato das atrocidades sofridas, as brincadeiras macabras que faziam com o próprio sofrimento em torno de um carteadado foi fundamental para que aquele grupo, recém-saído da tortura, ainda com as marcas dessa experiência no corpo, pudesse se recompor.

Após esse primeiro momento, que durou algo em torno de um mês, o grupo começou a viver um outro processo. Os presos começaram a se organizar, aproveitando as habilidades e conhecimentos de cada um. Aulas de yoga, de

caratê, grupos de estudo de história e de economia, realização de trabalhos artesanais com palha ou couro. Atividades que reforçavam a auto-estima e a solidariedade do grupo, que estimulavam a disciplina, o trabalho mental e o trabalho manual. Organização, disciplina, solidariedade, trabalho, estudo. Um mundo solidamente organizado, metodicamente estruturado. Um mundo que voltava a ter sentido.

“A experiência da prisão era muito rica. Mas a porta de entrada – a tortura – era muito estreita. Alguns não passavam”.

Ainda está para ser feita uma avaliação mais profunda das conseqüências da experiência da prisão e da tortura na vida das pessoas que as sofreram. Não só no Brasil da ditadura militar, mas também em outros regimes totalitários e violentos, de várias épocas, no mundo todo. De qualquer forma, o que parece que podemos adiantar é que onde o indivíduo foi mantido isolado, onde a tortura o apartou de forma mais duradoura de seus companheiros, a experiência da violência foi absolutamente desagregadora. Mas onde lhe foi possível recuperar, imediatamente após a tortura, algum tipo de interação e de contato com outros companheiros, esta experiência pode ser controlada, enquadrada e ganhar algum sentido dentro de uma trajetória de vida.

Um outro lugar de suma importância nas lembranças de nossos entrevistados, num contexto um pouco diferente, é a sala de redação de um jornal de esquerda. Durante a década de 70 proliferou, em todo o país, um tipo de imprensa muito característica da época que ficou conhecida como “Imprensa Alternativa”. Jornais de formato tablóide ou mini-tablóide, de oposição ao regime. Quando surgiram, estes jornais representaram para muitas pessoas a possibilidade de uma atuação política legal, não vinculada à luta armada. E, um pouco mais tarde, a partir de meados da década de 70, com o processo de abertura política *lenta e gradual* iniciada pelo Presidente Geisel, os jornais da *imprensa alternativa* ganharam maior destaque.

Não vamos aqui fazer uma análise do processo de abertura.³ Gostaríamos apenas de frisar seu aspecto de *mão dupla*. Ou seja: era um projeto do próprio regime militar; mas que fornecia, concretamente, uma *brecha* de legalidade

3. Ver, sobre este assunto “A Classe Operária e a Abertura” de Werneck Vianna (1983) e “A Volta aos Quartéis. A Memória Militar sobre a Abertura”, de Gláucio Soares, e outros. Relume Dumará, RJ, 1995.

para o movimento social manifestar seu descontentamento com o regime e tentar ampliar os limites da abertura. Nessa *queda de braço* entre o regime e a oposição, a atividade política se situava num ténue fio entre o legal e o clandestino, o proibido e o consentido, criando um espaço real de *semi – legalidade*, que lutava por se transformar em absoluta legalidade.

Naquele momento, os jornais da *imprensa alternativa* tiveram grande importância. Às vezes vendidos em bancas, às vezes de mão em mão, braços legais de partidos e organizações políticas clandestinas ou órgãos porta-vozes de movimentos sociais, eram o principal veículo das idéias de oposição. Nas salas de redação desses jornais se reaglutinavam militantes políticos dispersos, gente que havia saído da cadeia e gente que via no trabalho nos jornais a possibilidade de uma militância política mais próxima da legalidade. O Pasquim (1969), Opinião (1972), Movimento (1975), Versus (1975), Em Tempo (1978), jornais feministas como Brasil Mulher (1975) e Nós Mulheres (1976) e jornais ligados ao movimento negro como Sinba (1977) – são alguns dos principais exemplos dessa imprensa. As salas de redação desses jornais eram alguns dos lugares privilegiados, onde se discutia e se formulava política nos anos 70.

O jornal “Em Tempo”, por exemplo, acolhia em seu interior uma frente de organizações políticas de esquerda: organizações muito variadas, tais como o MR-8, APML, MEP, organizações trotskystas e grupos independentes. Em comum, essas organizações tinham a perspectiva de uma revolução socialista para o Brasil e a crítica ao que chamavam de “reformismo” do PCB. “Fernando”, um dos principais articuladores do Em Tempo lembra que o jornal funcionava praticamente como um partido. As decisões relativas à sua linha editorial eram tomadas em grandes e acaloradas assembléias. Muito mais do que um evento jornalístico, o Em Tempo, assim como outros jornais da Imprensa Alternativa, eram um evento político – típico do período do regime militar.

Outro exemplo extremamente significativo refere-se às salas de redação da imprensa feminista e da imprensa negra. Os jornais vinculados às organizações de esquerda, apesar de transformarem suas reuniões de pauta em grandes assembléias, tinham seu *locus* político privilegiado situado justamente nessas organizações. Era ali, nas organizações clandestinas, que se formulava politicamente. A sala de redação era uma grande arena política, mas não o foco produtor de propostas políticas. No entanto, no caso da imprensa feminista e da imprensa negra (vinculada ao movimento negro), o jornal era o próprio espaço no qual a posição política específica do movimento feminista e do movimento negro era formulada. Na década de 70, esses movimentos se organizaram politicamente em torno de seus jornais. Nas suas salas de redação

se gestou uma posição política particular, uma visão de mundo marcada pela noção da especificidade da condição feminina e da condição do negro no Brasil e, principalmente, se construiu uma geração de intelectuais ligados a esses movimentos.

Por último, para fechar este pequeno exercício de reflexão sobre os *lugares da política* na memória dos militantes que participaram da luta contra o regime militar, eu gostaria de lembrar da rua. Sem dúvida alguma, ela foi a grande personagem da luta contra a ditadura militar. Desde as passeatas de 68 (na fase pré – AI5) até a difícil retomada, ao longo da década de 70, das ruas e praças do centro da cidade. Dos Atos Públicos e manifestações de 1977 – com correrias da polícia, passeatas relâmpago e enfrentamentos físicos liderados pelos estudantes – ao crescente processo de adesão do conjunto da população a manifestações cada vez mais massivas: jornalistas, intelectuais, advogados, arquitetos, os parlamentares *autênticos* do MDB, até chegar às manifestações que, já na década de 80, envolviam multidões na campanha pelas “Diretas Já”. A rua, conquistada metro a metro, foi o grande palco da construção da identidade política de indivíduos que optaram por atuar politicamente mesmo num contexto adverso. A rua foi também o lugar que marcou a experiência de vitória política de uma geração. No final da década de 80, a rua foi reconquistada em praticamente todas as grandes cidades do país.

•••

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: *USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

FERRATORI, F. *Histoires et histoires de vie; la méthode biographique dans les Sciences Sociales*. Paris: Librairie des Méridiens, 1983.

SOARES, G. et al. (Org.) *A volta aos quartéis; a memória militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

VIANNA, L. W. *A classe operária e a Abertura*. Rio de Janeiro: 1983.